

Racismo no Brasil: Uma Revisão Sistemática da Última Década

Ana Luiza Braga Montalvão

Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA

Nota dos Autores

Ana Luiza Braga Montalvão, discente do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA;

Margareth Regina G. Veríssimo de Faria, pós-doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), docente do curso de graduação em Psicologia no Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar através de pesquisas bibliográficas e empíricas estudos relacionados ao preconceito racial com o intuito de encontrar dados que facilitam compreender como o racismo vem se manifestando nos dias atuais. O método utilizado foi uma pesquisa de revisão sistemática da literatura, dentre os anos de 2009 a 2019 por meio das bases eletrônicas: Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), os resultados para a análise foram escassos mas demonstraram que o racismo adquiriu uma nova forma de se expressar, sendo essa a forma sutil, justificada por normas culturais e valores.

Palavras-Chave: Racismo, preconceito, preconceito racial, preconceito sutil

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, ao correlacionar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016 e 2017, apontaram uma taxa de analfabetismo de pessoas negras/pardas extremamente alta (9,9%) ao se comparar com a taxa de analfabetismo de pessoas brancas (4,2%), sendo mais que o dobro. Além disso, o rendimento médio salarial dos negros é o mais baixo da tabela, chegando a R\$1.570, enquanto o rendimento médio de pessoas brancas é de R\$2.814. Com isto, o IBGE ressalta que há altos níveis de desigualdade racial no Brasil, mostrando de tal modo, o quão longe ainda estamos de uma democracia racial. Sendo assim, pode-se ponderar que o preconceito racial ainda existe e está em evidência.

Para o povo branco, a escravidão é considerada um motivo de orgulho, é uma herança simbólica de aspecto positivo por ser fruto da apropriação do trabalho de outro grupo (CEHMOB, 2014). A população negra brasileira sempre ocupou dentro da história, as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias dentro da organização social (Damasceno & Zanello, 2018) e a perspectiva que retrata a população negra, permanece ainda hoje sendo vista de uma forma distorcida, onde o negro ocupa desde a abolição, os trabalhos braçais e que remetem ao um nível inferior de escolaridade (Silva, 2010). Essa desigualdade racial é explícita, de grande implicação para a população negra, além de afetar o país como um todo (Heringer, 2002).

Segundo o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2019) a herança do passado escravocrata sem o suporte para uma inclusão socioeconômica, colocou os negros em uma condição desamparada diante do resto da população, não facilitando o acesso à educação e ao crescimento na pirâmide social. Com essas condições de vida indecentes que persistem para a população negra, evidencia-se o racismo velado (Damasceno & Zanello, 2018).

Existem diversos significados na literatura dos conceitos que serão explicados a seguir. O preconceito está associado a questões afetivas, onde há uma preferência de um grupo em detrimento de outro, ele é considerado um fator que desencadeia a discriminação. A discriminação, por sua vez, consiste em um comportamento. Na discriminação racial, portanto, pessoas que fazem parte de grupos raciais não dominantes, por exemplo pretos e pardos, são tratados de forma distinta em virtude de sua cor da pele (Sacco, Couto & Koller, 2016). O racismo é uma crença onde a pessoa que pratica, acredita que há uma relação hierárquica e, dentro dessa perspectiva, é colocado que existem raças que são consequentemente inferiores ou superiores a outras. Os atributos fenotípicos são empregues

como uma forma de justificar a atribuição de valores tanto positivos quanto negativos, colocando essas alterações como a motivação para inferiorizar uma raça em relação à outra (Conselho Federal de Serviço Social, 2016)

No método de produção identitária são criados sentimentos de pertença e estranhamento ao se falar de situações onde envolvem grupos coletivos, o que gera uma dinâmica de inclusão, mas também gera exclusões com base em semelhanças e divergências. Acontece que essas inclusões e essas exclusões mostram as relações hierárquicas e a capacidade de uma raiz histórica com atributos fundadores, que evidenciam para si uma definição do que é bom e do que não é, do que tem valor e do que não tem (Bandeira & Batista, 2002).

Segundo Nunes e Camino (2011) as crenças, princípios e valores sociais são os resultados de fatores ideológicos que estimulam os comportamentos marginalizados, assim, mostram um certo tipo de relação com aspectos psicológicos singulares acerca do que é preconceito e do que são os pré-julgamentos. Portanto, esses elementos podem induzir diretamente um indivíduo a discriminar um grupo de característica minoritária. Segundo Nunes (2010), nesse processo, o indivíduo não tem a consciência do que ele defende e diz ser sua opinião para discriminar um grupo minoritário, trata-se de uma repetição de comportamentos e discursos construídos de uma forma sócio-histórica. De acordo com a posição dos autores Leal, Soares, Rocha e Ribeiro (2013) os pré-julgamentos só se tornam preconceitos de fato, se não forem reversíveis quando revelados a novos conhecimentos.

Sendo assim, entende-se que o racismo pode-se manifestar de maneiras diferentes, tratando-se desde a atitudes na esfera das relações interpessoais, como nas relações estruturais e institucionais. A discriminação racial, acontece tanto por atitudes sólidas quanto por atitudes encobertas e ambos geram diferentes formas de violência, como: perseguições, desigualdade, discriminação racial, segregação, e etc. (Conselho Federal de Serviço Social, 2016).

O preconceito racial no Brasil pode parecer diminuir ao longo dos anos se pensarmos em como eram manifestados anos atrás. A partir de 1989 quando se promulgou a Lei 7.716, de 1989, nota-se uma mudança de atitudes totalmente contrária ao que o povo brasileiro costumava ter. As expressões de preconceito flagrantes deram lugar a formas veladas, “maneiras inocentes”, disfarçadas, mas com uma alta carga de racismo.

A sociedade brasileira talvez ainda resista a admitir que é preconceituosa, por acreditar viver em uma democracia racial (Rodrigues, 2003). Por ser um país colonizado por europeus e ter passado por um processo de miscigenação com os povos indígenas e os escravos trazidos da África, o Brasil possui uma grande diversidade racial, o que acaba mascarando o

preconceito flagrante, fazendo com que esse preconceito seja expressado de uma forma sutil, onde as pessoas têm receio de demonstrar qualquer tipo de atitude discriminatória, tentando esconder a existência de um problema racial. Porém, em pleno século XXI, ainda nos encontramos em uma sociedade sem democracia racial, onde as pessoas que não são brancas, sofrem sem seus direitos de forma igualitária perante a sociedade, sendo assim, segue-se reforçando os estereótipos criados acerca da figura étnica racial dos negros baseada nos tempos escravidão. Na elaboração de políticas públicas no Brasil, é sustentado uma atitude de neutralidade racial, onde faz com que os brasileiros tenham a crença de estar construindo uma nação justa (Bernardino, 2002).

A negação da existência do racismo e a evolução do juízo de democracia racial se complementaram com o conceito de meritocracia, onde os indivíduos creem que se os negros se esforçarem poderão desfrutar de direitos iguais os dos brancos (Batista, 2018), mas de acordo com a autora Nunes (2010), o negro possui o estereótipo de possuir pouca inteligência e relacionam isto não com as pessoas reais, mas sim com o passado escravocrata, no qual era colocado o negro como uma raça inferior, visto como um ser não inteligente, no entanto, a pessoa preconceituosa, continua reproduzindo esse repertório enviesado, vendo os negros com pouca capacidade intelectual.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que no ano de 2017 a taxa de jovens negros vítimas de homicídios no país cresceu em 33,1%. Ao tratar a morte de pessoas negras como se fosse algo natural, sendo omissos a esses dados, configura-se uma grave violação de direitos humanos. Essas mortes em grande escala de jovens negros, acolhidas com o amparo do Estado e da sociedade, expressa o caráter operacionalizado do sistema penal no extermínio da parcela dessa população (Feffermann, 2018). Na perspectiva da educação, são os negros que ingressam mais tarde em um espaço acadêmico e os que mais abandonam esse ambiente (Gonçalves & Silva, 2000), no âmbito da saúde Werneck (2016) aponta que o racismo é um dos fatores centrais em relação as iniquidades com os negros na área da saúde.

As relações raciais no Brasil, envolvem vários aspectos, como as questões históricas, sociais, culturais, políticas e psicológicas que acompanham a realidade ao longo da história do país (Nunes, 2014). Com a replicação de um padrão eurocêntrico, a naturalização da branquitude, faz com que crianças negras desvalorizem a sua cor (Castelar, Lemos, Khouri & Andrade, 2015). A branquitude trata-se de uma posição simbólica de privilégios subjetivos e materiais, que colabora para construção social e reprodução do preconceito racial (Schucman, 2014).

Além disto existe o conceito de branqueamento, onde a autora Bento (2002) relata ser um processo criado e sustentado pela elite branca brasileira.

A ideologia do branqueamento além de causar a inferiorização e a autorejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, que as leva a dele se afastarem, ao tempo em que vêm, na maioria das vezes, com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio físico e cultural, atribuindo a ele próprio as causas dessa situação. (Silva, 2007, p.97)

Para ser racista, segundo a autora Munanga (1990), basta ter a crença na existência das raças como algo hierarquizado, estruturado e determinantes, classificando as raças como inferiores e superiores. A invisibilidade da representação do negro na sociedade traz o negro sempre ligado ao seu passado escravocrata, fazendo com que as crianças identifiquem o negro com certas profissões estigmatizadas, e além do mais, internaliza-se dentro das pessoas a visão de que o negro é pouco inteligente, criando representações às pessoas negras de baixa capacidade intelectual (Munanga, 2005).

Segundo Campos (2017) o racismo divide-se em três abordagens, onde na primeira abordagem, ele é categorizado como um fenômeno arraigado de ideologias e crenças de forma natural onde se inferioriza determinados grupos. O segundo, constitui-se como uma escolha causal ou interpretação das ações, onde as atitudes e os comportamentos preconceituosos fazem parte da reprodução do racismo, ou seja, a ideologia não é o que determina esse racismo. A terceira abordagem, evidencia que o racismo vem de características estruturadas, institucionalizadas, são causais.

Define-se então na literatura que o preconceito é uma atitude de julgamento negativo pré-concebido, é uma combinação distinta de crenças, sentimentos e comportamentos (Myers, 2014), é como uma antipatia aperfeiçoada por uma generalização equivocada que não se altera, que pode ser sentida ou expressada, sendo dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo que faz parte daquele grupo (Allport, 1954 citado por Lima & Vala, 2004).

Diante de diferentes perspectivas, um dos elementos do preconceito seria dado pela pertinência de características, comportamentos, o que configuraria por uma percepção e por um entendimento distorcidos da realidade (Crochík, 1996). O conceito de racismo de acordo com Lima e Vala (2014) se difere do preconceito, pois é composto por um processo de hierarquização, sendo bem mais que uma atitude, além de definir modelos de comportamento.

O racismo aversivo é um conceito da literatura, que faz com que pessoas brancas, ao entrarem em aproximação com pessoas negras, não as discriminem, pelo contrário, faz com que elas tratem de modo igual, mas somente em determinados contextos, ao qual eles

julgariam justificável, tratariam com discriminação indivíduos negros, com isso, cria-se uma ideia de autoimagem onde a pessoa não se percebe preconceituosa (Lima & Vala, 2014).

A existência do racismo adquiriu uma nova forma com o passar do tempo, sendo esta sutil, radicado nos alicerces da sociedade e na cultura brasileira, essa maneira sutil de racismo continua a construir o negro com uma posição inferiorizada, sem voz (Rodrigues, 2003). Segundo Batista (2014), por conta das novas demandas sociais, o racismo que antes era agressivo e explícito parece estar passando por mudanças e está sendo substituído gradualmente por novas formas de expressar o preconceito, sendo essas formas menos evidentes. De acordo com Myers (2014) pode-se dizer que existem duas formas de preconceito, sutil (implícito) e flagrante (explícito), as atitudes de preconceito explícitas, podem ser alteradas rapidamente e as formas de preconceito sutil podem ser ainda mais generalizada, possibilitando consequências de vida ou morte.

A discriminação racial é manifesta no âmbito das relações sociais, podendo se apresentar de diferentes configurações e circunstâncias, desde atitudes de hostilidade demonstradas de forma verbal, até a símbolos, como por exemplo, o símbolo da suástica, que criam ou reforçam estereótipos racistas (Conselho Federal de Serviço Social, 2016). Para Myers (2014) os estereótipos são considerados generalização, normalmente indefinidos e rígidos a mudanças. Os estereótipos físicos como uma representação negativa conduz as crianças negras à auto rejeição, concebendo assim uma baixa autoestima, por internalizarem que o seu padrão estético é “feio” fazendo com que o mesmo tenha aversão ao seu semelhante e procure se libertar desse padrão estético procurando redenção no branqueamento (Munanga, 2005).

Considerando todos os prejuízos causados pelo preconceito sutil ainda muito presente em nossa sociedade, objetivo deste estudo é analisar através de pesquisas bibliográficas e empíricas dados que facilitam compreender como o racismo vem se manifestando nos dias atuais, quais são os fatores que contribuem para que o mesmo continue acontecendo e qual a contribuição dos estudos da psicologia a cerca desse tema.

Método

Nesse estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica de revisão sistemática da literatura acerca do racismo contra negros. Esse método incide em relacionar fontes de pesquisas acerca do tema, tornando possível explorar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis (Galvão & Pereira, 2014), de vertente qualitativa e exploratória.

Foram utilizados três descritores sobre o assunto, sendo eles “preconceito sutil”, “preconceito sutil contra negros” e “racismo aversivo”, a utilização de descritores específicos teve o intuito de verificar como os pesquisadores dessa área estão focados em investigar o preconceito expresso de forma sutil. Tais artigos foram acessados por meio dos sites Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), disponíveis dentre os anos 2009 a 2019.

O juízo crítico de inclusão dos artigos foram os que estavam publicados no idioma português, de caráter empírico e que são correlacionados com o tema preconceito sutil ou racismo velado. O critério de exclusão foram os artigos publicados em outros idiomas, artigos repetidos nas bases de dados selecionadas, artigos que não estavam associados com o tema, artigos que forem artigos de revisão e textos somente com resumos. Devido o número limitado de artigos para análise, fez-se necessário uma nova busca no site de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o descritor “preconceito racial” com o filtro delimitando os periódicos publicados nos últimos cinco anos, com o intuito de ampliar os artigos incluídos na análise, tornando a pesquisa mais abrangente e completa.

Resultados

A busca inicial nas bases de dados utilizando os descritores especificados na metodologia supracitada, gerou um total de 151 artigos (PePSIC: 13, SciELO: 1 e CAPES: 137). Na primeira triagem, foram excluídos 37 trabalhos duplicados entre as bases. Dos 151 artigos restantes, 149 não atenderam aos critérios de inclusão. Restaram, portanto, 2 artigos, os quais foram incluídos na análise principal deste estudo. Ao perceber o limitado número de artigos dentro dos critérios de inclusão, foi necessária uma segunda triagem utilizando um novo descritor com a intenção de abranger a análise. Nessa segunda triagem utilizou-se apenas um descritor que gerou o total de 169 artigos, onde 166 destes possuíam algum critério de exclusão, sobrando assim somente 3 artigos restantes, onde 1 deste é repetido utilizado no banco da primeira triagem, restando somente 2 artigos que cumpria o critério de inclusão.

Os artigos selecionados serão descritos dentro da Tabela 1 e Tabela 2, assim como também será realizada uma breve síntese com os principais resultados encontrados em cada artigo, que possa esclarecer os objetivos tratados neste trabalho.

Tabela 1. Distribuição dos estudos encontrados e selecionados por banco de dados na primeira triagem.

Banco de dados	Encontrados	Selecionados	Excluídos
CAPES	137	2	135
SciELO	1	0	1
PEPSIC	13	0	13
Total	151	2	149

Tabela 2. Estudos encontrados e selecionados no banco de dados da segunda triagem

Banco de dados	Encontrados	Selecionados	Excluídos
CAPES	169	2	167
Total	169	2	167

No quadro 1 apresenta os artigos selecionados para análise, apresentando pelo título, autores, base eletrônica, área de atuação profissional e pôr fim a metodologia usada durante a construção do estudo.

Quadro 1. Distribuição de artigos selecionados

Titulo	Autor	Base	Área	Metodologia
1. Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito racial	Nunes, A. V. L. & Camino, L. (2011)	PePSIC, CAPES	Psicologia	Exploratória, descritiva e quantitativa
2. Introeção de normas sociais e expressão indireta de preconceito em crianças.	Vrijdags, A. C. & Fernandes, S. C. S. (2017)	CAPES	Psicologia	Exploratória, descritiva e quantitativa
3. O preconceito racial como determinante social da saúde – invisibilidade da anemia falciforme.	Lages, S.R.C., Silva, A. M., Silva, D. P., Damas, J. M. & Jesus, M. A. (2017)	CAPES	Psicologia	Exploratória, qualitativa e quantitativa

4. Discriminação de crianças negras na escola.	França, D. X. (2017)	CAPES	Psicologia	Exploratória, qualitativa e quantitativa
------------------------------------------------	----------------------	-------	------------	------------------------------------------

Dentre os estudos coletados para a análise de dados encontrou-se pesquisas recentes que abordam sobre o assunto, uma delas foi realizada por Nunes e Camino (2011), que procura ponderar como as distintas formas de inserção na vida universitária se relacionam com o preconceito sutil. O estudo desses autores procura compreender e ampliar o viés existente na relação entre os diversos tipos de inserção na sociedade e as atuais formas de expressão do preconceito. Dentro desse estudo o conceito do preconceito racial é entendido através do resultado das crenças e valores que influenciam em ações segregadoras. Os autores trazem que o preconceito racial foi realocado como um problema social através das novas formas de expressão, pontuando que há uma necessidade de debater e procurar por soluções. Esses autores ainda afirmam que nas relações raciais no Brasil tem como padrão configurado o racismo estrutural e o racismo sutil.

Os resultados da pesquisa de Nunes e Camino (2011) pretendeu relacionar as preferências dos universitários com atividades no meio acadêmico e com o preconceito racial expresso no Brasil. O resultado da pesquisa procurou correlacionar com a atitude favorável dos estudantes com a divisão socioeconômica mundial, sendo que as escolhas para países de primeiro mundo, aspiram para ações individualistas e conservadoras, enquanto a escolha para países de terceiro mundo, aspiram para ações mais coletivas. Assim, foi pressuposto que a valorização de aspirações individualistas e conservadoras contribuem para uma maior expressão de racismo, enquanto a valorização de aspirações coletivas pode deduzir em ações antirracistas. O estudo concluiu que os universitários que optaram por atividades extracurriculares enxergam essas atividades como uma forma de promover cidadania e pensamento crítico. A maioria dos estudantes rejeitou a ideia de preconceito sutil, por entender que é uma posição contrária ao direito das minorias raciais. No final dessa pesquisa Nunes e Camino (2011) aponta que no Brasil se sustenta uma ideia de democracia racial como forma de não admitir o problema social que envolve o racismo.

O estudo realizado por Vrijdags e Fernandes (2017) apontou a hipótese de que crianças mais velhas expressam preconceito sutil de forma indireta por conta da interiorização e das normas sociais antirracistas adquiridas que condenam as ações explícitas de preconceito. O estudo dessas autoras, teve a finalidade de verificar a expressão indireta do preconceito racial em crianças de 5 a 10 anos de uma escola pública na cidade de Maceió, através de

entrevistas individuais. Nessa entrevista, a entrevistadora contava uma história com o conteúdo onde a criança entrevistada supostamente receberia ajuda de duas crianças para construir uma casa ou uma garagem de brinquedo, em seguida era colocado a foto de uma criança negra e uma criança branca para a criança entrevistada distribuir recompensas, nessa etapa era disponibilizado 6 doces para criança a distribuir para cada um dos alvos como forma de recompensar as duas crianças que ajudaram no trabalho efetuado. Com isto, através da escolha do alvo favorecido, foi avaliado a expressão indireta de preconceito racial.

O resultado dessa pesquisa de Vrijdags e Fernandes, acredita que apesar da idade das crianças, elas tiveram a tendência de recompensar mais a criança branca do que a criança negra. Outro dado relevante apontado pelas autoras, foi que apesar da maioria (62,5%) das crianças entrevistadas serem negras, as mesmas não a favoreceram o seu próprio grupo em função da cor da pele. Ao finalizar esse estudo, a hipótese de que crianças mais velhas tendem a praticar o preconceito de forma sutil por conta da idade não foi confirmada, pois as crianças mais novas que fizeram parte dessa amostragem, correspondeu da mesma forma. Conclui-se então neste estudo que as crianças adotam expressões de preconceito mais sutis e mascaradas, por observar os adultos a sua volta, através do processo de internalização das normas sociais antirracistas que condenam o racismo explícito.

Lages, Silva, Silva, Damas e Jesus (2017) produziram um trabalho no campo da saúde da população negra, onde considera-se que as formas de adoecer e morrer desta população estão interligadas com as suas condições sociais, pontuando que morbimortalidade, seja por violência ou enfermidade, tem cor, a negra. Nesse estudo, as autoras afirmam que o racismo no Brasil tem se materializado de forma sutil, onde estabelece uma situação de invisibilidade ao preconceito. Dentro do campo da saúde, se fez necessário a criação de uma área específica chamada Saúde da População Negra, para reflexão e intervenção. A existência de políticas públicas nessa área busca diminuir os níveis de desigualdade, mas nota-se uma evidente falta em investimento dessas políticas.

Para formulação dos resultados, as autoras utilizaram uma entrevista semiestruturada, que contava com perguntas referentes a percepção dos funcionários da equipe de saúde e a percepção dos usuários dos serviços de saúde sobre o preconceito como determinante da saúde, a amostra dos funcionários do centro de saúde pública foi aproximadamente 60 funcionários. Foram distribuídos 40 questionários pois havia setores que não poderiam ter as suas atividades interrompidas, dos 40 distribuídos apenas 15 foram devolvidos. Para os usuários dos serviços de saúde, foram distribuídos 100 questionários com uma amostragem aleatória, os questionários eram construídos com perguntas de múltipla escolha e com

questões dissertativas a respeito da anemia falciforme e como o preconceito racial poderia afetar a saúde da população negra.

Os resultados obtidos, evidenciaram que, em sua maioria, as pessoas são conscientes da existência do racismo, mas também há uma grande parte que a associa à classe social. Em seguida, os autores trazem que invalidar o racismo como um fenômeno cultural, prejudica a discussão sobre o preconceito racial no país, pois uma vez que considera apenas como sendo de classe social, inviabiliza o movimento e aceita o conceito da meritocracia sem críticas (Lages, Silva, Silva, Damas & Jesus, 2017).

A invisibilidade do racismo, constituído de forma sutil faz com que as pessoas independentemente da cor, não percebam com nitidez como o acesso da população negra aos serviços públicos são dificultados por questões raciais. O estudo finaliza mostrando que o racismo no Brasil é invisível, assim com as doenças que acometem de forma mais dominante a população negra, trazendo muitas pessoas à morte prematura, e submetendo essa população negra a uma péssima qualidade de vida (Lages et al., 2017)

O estudo realizado por França (2017), analisou o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras. O estudo demonstra que os professores participantes dessa amostra, atribuíram notas mais altas nas redações das crianças brancas do que na de crianças negras, e que essa distinção, independe da cor da pele ou da idade do professor, indicando que isso ocorre por conta dos professores, independente da cor, estarem introjetados no mesmo contexto das relações raciais. Enquanto educador, espera-se que o professor reflita sobre seus posicionamentos, pois eles serão transmitidos para os alunos e espera-se que o mesmo promova igualdade e esteja aberto para discutir diferentes perspectivas dos grupos que compõem sociedade.

Nesse estudo, a autora ressalta a importância do debate sobre o racismo de forma crítica, nos espaços escolares, e sugere que a prática psicológica pautada nos conhecimentos específicos obtidos pelas pesquisas sobre grupos sociais pode ser uma forma de intervenção nas questões sociais amplas, como o racismo. França (2017) afirma que a sociedade brasileira é uma nação que mascara as condições reais de discriminação vivenciadas por pessoas negras e aponta o quão importante é a criança negra ter o direito de estudar em um ambiente sem preconceitos, pois a educação recebida pautará o desenvolvimento afetivo, social e intelectual dessa criança, ter professores preparados com manejo das questões raciais podem reduzir as desvantagens dessas crianças.

Discussão

O presente estudo buscou analisar estudos realizados de caráter empírico na literatura, a fim de que os dados contribuíssem em identificar e compreender melhor quais são as formas de racismo que vem sendo expressos na última década. Entre os estudos analisados, foi possível identificar que preconceito racial persiste nos dias atuais, mas que tomou uma forma de expressão implícita e sutil.

O resultado do estudo aponta que os brasileiros acreditam fazer parte de uma democracia racial, pois não percebem com nitidez o racismo estrutural e sutil existente nas suas ações segregadoras mascaradas (Rodrigues, 2003; Nunes & Camino, 2011). França (2017) afirma que a sociedade brasileira é uma nação que mascara as condições reais de discriminação vivenciada por pessoas negras. A invisibilidade do racismo pela expressão sutil contribui com a dificuldade ao acesso aos serviços públicos por pessoas negras (Lages et al., 2017). A ideia do conceito de racismo sutil evidencia o papel dos incontáveis comportamentos impensados e reativos para a reprodução de práticas discriminatórias (Campos, 2017).

Para Vrijdags e Fernandes (2017) as crianças tendem a adotar expressões de preconceito mais sutis por observar a comunidade adulta a sua volta, com isso, elas internalizam as regras sociais e condenam as atitudes explícitas de preconceito, corroborando com isso, Batista (2014) diz que o preconceito racial expresso de forma sutil surge a partir das pressões sociais como um comportamento frente às normas antirracistas. Segundo Myers (2014) as regras culturais afetam diretamente o nosso comportamento de forma intensa e mascarada, as condutas de preconceito explícita podem se alterar rapidamente, mas as atitudes implícitas podem perdurar, alterando-se apenas ao adquirir novos costumes (Kuwakami et al., 2000 citado por Myers, 2014). Além disso, no estudo de França (2017) é pontuado a importância de se debater sobre o racismo de forma crítica nos espaços escolares, para Torres e Neiva (2011) o papel educativo é essencial na formação de estereótipos, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis e em como eles são interligados com as atitudes de preconceito.

Torres e Neiva (2011) ainda afirma que nós temos atitudes discriminatórias com grupo sociais o tempo todo e só não agimos dessa forma quando o ambiente não permite, mas ao se tratar do Brasil, aparentemente o ambiente vem permitindo que aconteça essas atitudes discriminatórias, mesmo que seja de forma velada. O racismo explícito e claro é condenado, mas a forma implícita segue com a mesma função do racismo escancarado, de justificar as desigualdades e constituir as relações de poder, segundo Batista (2014) a discriminação de forma implícita é justificada por valores e normas culturais.

Conclusão

Esta revisão sistemática teve como objetivo analisar através do banco de dados de periódicos, estudos empíricos brasileiros a respeito do assunto, procurando assim compreender como o racismo vem se manifestando nos dias atuais, com isso, foi possível notar uma quantidade extremamente restrita de artigos empíricos publicados sobre o assunto.

Após analisar os resultados dos estudos selecionadas na triagem, foi possível afirmar que o racismo permanece, mas que agora ele é expressado de maneira cada vez mais complexa (Campos, 2017), pois é configurado como implícito. Existe uma dificuldade de notar esse comportamento discriminatório sutil por sua complexidade, Damasceno e Zanello (2018) diz em seu estudo que nem os profissionais da área da saúde mental são capazes de possuir a capacidade para deferir quais comportamentos, linguagens e atitudes racistas internalizadas fazem parte de si.

Com esse estudo, pode-se concluir que faltam estudos investigativos nessa área, a fim de buscar entender melhor como podemos mudar esse cenário que ainda persiste, segundo Sacco, Couto e Koller (2016) o Brasil possui recursos necessários para desenvolver estudos investigativos nessa área que cooperem de forma significativa sobre o preconceito racial em nível global.

Referências

- Bandeira, L. & Batista, A. S. (2002) Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, Universidade de Brasília: Brasília. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>
- Batista, W. M. (2018) A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Revista Direito e Práxis*, v.9, n.4: Rio de Janeiro. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36867>
- Batista, J. R. M. (2014) Os estereótipos e o efeito do contato virtual no preconceito contra negros e nordestinos. Tese de doutorado em psicologia – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa.
- Bento, M. A. S. (2002) Branqueamento e branquitude no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>
- Bernardino, J. (2002) Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.24, n.2
- Brasil. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

- Campos, L. A. (2017) Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n.95.
- Castelar, M., Lemos, F. C. S., Khouri, J. G. R. & Andrade, T. (2015) Brinquedos e brincar na vida de mulheres educadoras negras. *Psicologia Escolar e Educacional* v.19, n.3
Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193911>
- Centro de Educação e Apoio para Hemoglobinopatias (2014) Racismo institucional – Fórum de debates, educação e saúde. Recuperado em: <http://www.cehmob.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Caderno-Racismo.pdf#page=5>
- Conselho Federal de Psicologia (2017) Relações Raciais – Referências técnicas para atuação de psicólogos(os). Recuperado em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf
- Conselho Federal de Serviço Social (2016) Série: Assistente Social no combate ao preconceito – Racismo. Recuperado em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2019) Racismo institucional. Recuperado em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/2874/VpT-RmrqbJk5RzxBHXr9Y5VhGroOYK9m.pdf>
- Crochík, J. L. (1996) Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas em psicologia*, v.4, n.3. Ribeirão Preto. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004
- Damasceno, M. G. & Zanello, V. M. L. (2018) Saúde mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.38, n.3 Recuperado em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0450.pdf>
- Feffermann, M. (2018) Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe. Instituto de saúde.
- França, D. X. (2017) Discriminação de crianças negras na escola. *Revista Interações*, v. 13, n.45.
- Galvão, T. F & Pereira, M. G. (2014) Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v.23, n.1. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>
- Gonçalves, L. A. O. & Silva, P. B. G. (2000) Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n.15 Disponível em: <http://ref.scielo.org/cwscjv>
- Heringer, R. (2002) Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Caderno Saúde Pública*, v.18. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018) IBGE mostra as cores da desigualdade. Revista Retratos, n. 11. Recuperado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) Atlas da violência. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf
- Lages, S. R. C., Silva, A. M., Silva, D. P., Damas, J. M. & Jesus, M. A. (2017) O preconceito racial como determinante social da saúde – A invisibilidade da anemia falciforme. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v.10, n.1.
- Leal, N. S. B., Soares, M. F., Rocha, I. T. & Ribeiro, C. G. (2013) A atitude dos universitários em relação ao profissional de limpeza urbana. Psicologia: Ciência e Profissão, v.33, n.4 Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000400013>
- Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (1989). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004) As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia, v.9, n.3 Recuperado em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf>
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004) Sucesso social, branqueamento e racismo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.20, n.1 Recuperado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000100003
- Munanga, K. (2005) Superando o Racismo na Escola. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília Recuperado em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/superando-o-racismo-na-escola.pdf>
- Munanga, K. (1990) Negritude afro-brasileira: Perspectivas e Dificuldades. Revista de antropologia, v.33
- Myers, D. G. (2014) Psicologia Social. Artmed: Porto Alegre
- Nunes, A. V. L. & Camino, L. (2011) Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito. Psicologia & Sociedade, v.23, n.1 Recuperado em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100015>
- Nunes, S. S (2014) Racismo contra negros: sutileza e persistência. Revista Psicologia Política, v.14, n.29, São Paulo. Recuperado em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Nunes, S. S. (2010) Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil (Tese de doutorado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Rodrigues, D. B. (2003) Preconceito Racial: uma violência que influencia a democracia na escola. Lato & Sensu, v.4, n.2

- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. & Koller, S. H. (2016) Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, v.24, n.1 Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Silva, A. C. (2007) Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. *Memória e formação de professores*, p.87-101 Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-06.pdf>
- Silva, M. D. M (2010) Construção publicitária como reforço do preconceito no Brasil. *Razón y Palabra*. Recuperado em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N71/VARIA/28%20MACEDO_REVISADO.pdf
- Schucman, L. V. (2014) Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.1
- Torres, C. V. & Neiva, E. R. (Orgs.). (2011) *Psicologia Social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed
- Vrijdags, A. C. & Fernandes, S. C. S. (2017) Introjeção de normas sociais e expressão indireta de preconceito em crianças. *Revista de Psicologia da IMED*, v.9, n.2
- Werneck, J. (2016) Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, v.25, n. 3.